

Dossiê: Mulheres, Política e Poder

A chamada de trabalhos para a 15ª Edição eletrônica da Revista Gênero na Amazônia considerou fomentar o debate sobre a situação das mulheres em diferentes manifestações de política e poder. O sentido restrito sobre esses dois conceitos tem definido áreas específicas para analisar a questão das mulheres e o enfoque de gênero na representação parlamentar e majoritária. Nesse aspecto, pensa-se, contudo, em um diferencial hierarquizado pela presença masculina favorecendo a desigualdade nas representações políticas de um modo geral, com base nos estereótipos que submetem as mulheres, sendo essa uma das causas principais dos obstáculos que esse gênero enfrenta na sociedade. Postos de direção e de alta responsabilidade expressos em posições de liderança são marcados pela desigualdade de acesso desse gênero. Mundos sociais diferem e demonstram que o processo de desigualdade política tem fundamentos num sistema vertebrado pelo patriarcalismo cuja retórica assume regras determinantes de condutas no relacionamento entre homens e mulheres, ou seja, ao definir a constituição da esfera pública para a participação de “cidadãos” na “política”, diferentemente da esfera privada, naturalmente assumida pelas mulheres, estabelece regras diferenciadas de inclusão e de exclusão dos membros do *demos* (então chamados “indivíduos”) na *polis* moderna. Mas a concepção de política e de poder transcendem as normativas idealizadas, prescrevendo ausências e situando-as no mundo da existência humana, necessitando que sejam alçadas complexidades diferenciadas, afetando outras ações e práticas nas relações sociais e culturais de gênero. Quer dizer que há necessidade que sejam desveladas as várias interações da condição socio-racial, econômica, geracional, educacional, cultural, no lazer, nas várias áreas de conhecimento, apontando-se as limitações contextuais que afetam a percepção da potência da política e do poder que cada um/a possui nas suas ações e práticas enquanto humanas/os. Dessa forma, ao ampliar o sentido conceitual política e poder, considera-se que estes fazem parte dos direitos dos indivíduos que tendem a expressá-los conforme sejam configuradas as suas necessidades. Ou seja, como diz Foucault (1979), sendo uma prática social expressa por um conjunto de relações pensando o poder como uma “coisa” que alguns têm e outros não, as relações com essa “coisa” se espalham pela sociedade constituindo-se em micropoderes que favorecem posições políticas de resistência. Essa envergadura traduz-se em um ponto positivado do poder e da política. Resistência, não subserviência.

É nesse aspecto que o Edital da 15ª edição da revista registrou o tema do Dossiê com ampla perspectiva de abordagem sobre **Mulheres, Política e Poder**. No sumário, evidencia-se a transversalidade dessa concepção expressa em resultados de pesquisa empírica e bibliográfica, relatos de experiência, estudos em desenvolvimento, projetos de extensão, estudos de caso, oferecendo às leitoras e leitores perspectivas das diversas proposições e contribuições temáticas e teóricas de feminismos de autoras brasileiras, latino-americanas, europeias, norte-americanas, estudiosas da interseccionalidade avançando em temas como a racialidade, feminismo negro, sexualidade em vários aspectos. Isto significa levar às leitoras e leitores o entendimento de que o foco dos estudos sobre política e poder tangencia abordagens identitárias, e de marcadores geracionais, e de raça e de classe. Ou seja, contempla-se a exigência ampliada do significado que é social, político e, principalmente, de relações de poder estabelecidas na

sociedade, cuja reflexão ampliada permite objetivar argumentações para o enfrentamento da desigualdade, do preconceito, da discriminação, da violência política que se tornou tão recorrente em ações abusivas e misóginas no Brasil, principalmente na arena institucional do novo governo desde 2018.

Nesse aspecto, com temas atuais e plurais, este volume apresenta uma diversidade de artigos: faz o balanço dos 20 anos da lei de cotas (1996 – 2016), no âmbito municipal, nas capitais brasileiras; tece reflexões sobre a história recente das políticas para as mulheres no governo federal, com o desmonte e o enfraquecimento dos organismos nacionais após o golpe de 2016; analisa a participação da indígena Sônia Guajajara, candidata à vice-presidência da República nas eleições de 2018; apresenta o percurso histórico da primeira prefeita brasileira, Dona Noca, que governou o município de São João dos Patos (MA) em 1934.

Ampliando as temáticas com o foco na densidade política, há uma discussão reflexiva sobre a deficiência como mais um fator que esmiúça e isola um grupo seletivo dos demais movimentos feministas, revelando e denunciando o descaso, principalmente do meio médico, com mulheres de classe baixa, negra e com deficiência pouco visível.

Outro texto expõe estudos sobre “a atuação das “CiberAmazonas” na Panamazônia (2017-2018), rede (ciber)feminista formada durante o VIII Fórum Social Panamazônico (2017), por mulheres ribeirinhas, quilombolas, indígenas e urbanas, do Brasil, Colômbia, Equador e Peru, que lutam em defesa dos recursos naturais e da justiça de gênero.”. As novas tecnologias de informação e comunicação (NTICs) possibilitaram a divulgação de dados e pautas feministas de mulheres panamazônicas em prol de um bem em comum – tornando-se uma ferramenta de luta.

A formação política com trocas de experiência e produção de materiais didáticos foi o mote de um projeto de extensão universitária da UFPA - “Educar para Igualdade de Gênero” - que ao tempo em que organizou um grupo de estudo com docentes da rede pública do ensino municipal de Castanhal (PA), fortaleceu a organização do Grupo Zo’ê, baseado nas experiências da teórica bell hooks (2013) na “comunidade de sala de aula”. O artigo revela a atuação do grupo enquanto coletivo feminista e a forma que tomou na luta pela igualdade de gênero no município.

A percepção de obstáculos quanto à escolha profissional de mulheres que pretendem ingressar em cursos considerados das “ciências duras” está em um artigo que reflete ser, esta área, de ingresso majoritário de profissionais homens, confirmado pelo último Censo da Educação Superior. Isso ocorre devido à compreensão cultural da naturalização de componentes biológicos sobre a imagem feminina e a exclusão horizontal desse gênero nessas áreas de ciências exatas.

O volume apresenta pesquisa bibliográfica sobre questões étnico-raciais-lésbicas, considerando as relações de poder refletidas na literatura, contribuindo para o apagamento e desumanização de sujeitos, em especial, da mulher negra lésbica; uma outra reflexão bibliográfica focando, ainda, nas redes sociais trata sobre mulheres negras e gordas que, pela linguagem corporal, se dispõem a construir suas narrativas e ferramenta política na luta antirracista e

anti-gordofóbica. Outro estudo analisa a história de vida de três mulheres negras da Amazônia paraense que assumem, por tempo determinado (1995-2015), instâncias de poder em espaços hierarquizados.

De grande significação é um estudo bibliográfico que remete ao diálogo entre algumas concepções sobre as teorias de gênero e, a partir disso, examina os feminismos subvertendo a identidade do sujeito feminista, desconstruindo, assim, o conceito de gênero. Em Simone de Beauvoir, Judith Butler e Maria Rita Kehl, o texto explora as proposições conceituais das autoras e atravessa o momento atual.

Entre os artigos diversos, chama atenção a análise comparativa do processo de planejamento por filhos entre casais de contextos rurais com menor nível de escolaridade em Machadinho d'Oeste (RO), com entrevistas e acompanhamento, pelas autoras, das preocupações e situações vivenciadas pelos depoentes para que ocorra (ou não) esse processo.

Eneida de Moraes, sua vida como escritora e militante é mapeada no estudo das memórias subterrâneas presentes em suas crônicas e sua evolução como pessoa/escritora, num texto que remete a esses escritos no decorrer de sua vivência literária.

A relação entre bruxaria e ciência médica favoreceu uma investigação de como se deu o início da estruturação da Medicina Social atual, perpassando pela desmoralização dos conhecimentos femininos sobre o próprio corpo (pelas parteiras, curandeiras etc), a fim de legitimar uma instituição basicamente masculina e com tendência a favorecer o sistema capitalista, objetificando os corpos femininos e passando a ter total legitimidade quanto ao seu tratamento perante a sociedade.

Ao expor as sínteses desse coletivo de temas que compõem um Dossiê e Artigos Diversos registramos, com satisfação e orgulho, os estudos, pesquisas e reflexões que estão sendo desenvolvidos neste pedaço da Amazônia. A sua publicização se torna um compromisso desta revista.

Que a leitura seja promissora! Vamos a ela!

Belém/PA (Amazônia/Brasil), 2019.

Maria Luzia Miranda Álvares

Doutora em Ciência Política. Docente voluntária da Faculdade de Ciências Sociais/UFPa.

Coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisa "Eneida de Moraes" sobre Mulher e

Relações de Gênero-GEPEM

Ana Carolina Álvares Branco

Especialista em Produção Audiovisual/Estácio Belém.

Graduada em Design de Produto/IESAM.